



Depoimento de Costa só irá à CPI depois de ser validado pela Justiça

Informações prestadas por ex-diretor da Petrobras à Polícia Federal ainda têm que ser homologadas, disseram ministros do Supremo Tribunal Federal a parlamentares

Diante da negativa de compartilhamento imediato do depoimento do ex-diretor da estatal Paulo Roberto Costa, integrantes da CPI Mista da Petrobras buscam novos caminhos para a investigação parlamentar. — Não podemos ficar reféns da delação premiada

— disse o presidente do colegiado, Vital do Rêgo. Depoimento da ex-contadora do doleiro Alberto Youssef, Meire Poza, foi aprovado pela CPI e aguarda agendamento. Um terceiro depoimento do ex-diretor Nestor Cerveró foi solicitado após novas denúncias da imprensa. **3**

Senadores e deputados da CPI mista reúnem-se com Ricardo Lewandowski (D) no Supremo Tribunal Federal



Jefferson Rudy/Agência Senado

PEC em exame na Câmara acaba com guerra do ICMS

O descontentamento com as regras atuais de divisão do ICMS no comércio a distância pode acabar em breve. A PEC

103/2011, caso aprovada na Câmara, permitirá a divisão do imposto entre os estados de origem e de destino da mercadoria. **4**



Internauta faz compras pela internet, conhecidas como e-commerce

Projetos visam à sustentação das rádios comunitárias **3**

Proposta dá ao Plenário decisão de quebrar sigilo

Os Plenários da Câmara e do Senado poderão aprovar pedido de quebra de sigilo de parlamentares investigados

por suposta falta de decoro. Esse é o objetivo de proposta em exame na Comissão de Constituição e Justiça. **2**

Constituição pode incluir erradicação da pobreza

Comissão de Constituição e Justiça analisa proposta que insere o fim da pobreza entre princípios da ordem econômica. **2**



Combater a pobreza a partir da mobilização social é o objetivo do texto

Comunicação do Senado

É fácil se informar

Os veículos de comunicação do Senado cobrem as atividades da Casa, com a transmissão integral das sessões deliberativas e dos debates das comissões, além das notícias diárias. Juntos, **Jornal, TV, Rádio e Agência Senado** oferecem um jornalismo de qualidade, aproximando o cidadão do Parlamento.

Acesse: www.senado.leg.br/noticias

Senado + transparente.
A informação ao seu encontro.



Comissão analisa quebra de sigilos pelo Plenário

PEC permite que deputados e senadores solicitem, nos Plenários das duas Casas legislativas, suspensão de sigilos bancário, telefônico e fiscal de colegas investigados por suspeita de faltar com o decoro

A PROPOSTA DE Emenda à Constituição (PEC) 8/2008, em análise no Senado, proporciona mais recursos aos processos de perda de mandato por quebra de decoro parlamentar. A PEC permite que Câmara e Senado solicitem a quebra dos sigilos bancário, telefônico e fiscal do parlamentar investigado. O texto tem parecer favorável de Humberto Costa (PT-PE) e está pronto para exame na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Essa possibilidade é acrescentada pela PEC ao artigo 55 da Constituição, que trata justamente da perda de mandato de deputado ou senador

— que, nos casos de quebra de decoro, deve ser decidida pela Casa legislativa respectiva.

Para o senador Mário Couto (PSDB-PA), autor do texto, trata-se de resgatar a boa imagem do Congresso. “O Parlamento precisa de medidas que tragam transparência às suas atividades, que lhe deem seriedade e respeito, que resgatem a sua credibilidade junto à opinião pública”, justifica.

O texto da PEC prevê que as quebras de sigilo deverão ser solicitadas por meio de requerimento da Câmara ou do Senado aprovado por maioria absoluta de votos na respectiva Casa. A maioria absoluta significa o primeiro

número inteiro acima da metade do total de membros. Na Câmara, esse número é 257 deputados. No Senado, são 41 senadores.

Couto lembra que a Câmara e o Senado já têm a prerrogativa de autorizar quebras de sigilo por decisão das CPIs. Assim, ele conclui que não haveria nenhum impedimento em conceder ao Legislativo o poder de também solicitar essas quebras por conta própria. “Isso daria ao Legislativo autonomia para diligenciar investigações no âmbito do seu próprio Poder e tornaria o processo de investigação mais célere”, argumenta.

Angolanos fazem estágio no Senado

Funcionários da Assembleia Nacional de Angola iniciaram na segunda-feira estágio na área de infraestrutura do Senado.

Domingos Garcia, Eugênia José, João Silvestre e Manuel João chegaram no sábado em Brasília e ficarão na Casa por duas semanas para conhecer as Secretarias de Infraestrutura (Sinfra), de Administração de Contratações (Sadcon), de Patrimônio (Spatr) e de Relações Públicas (SRPSF).

Os angolanos foram recebidos em reunião de boas-vindas na Diretoria-Geral pelo chefe de gabinete, João Marcelo de Castro Novais, e pelos diretores da Sadcon, da Sinfra e da Spatr — Wanderley Rabelo da Silva, Luciano de Souza Gomes e Luciano Freitas de Oliveira, respectivamente.

— A importância desse estágio é trocar experiências a respeito das boas práticas de gestão e infraestrutura — justificou o chefe de gabinete.

O intercâmbio foi solicitado pela Assembleia de Angola e faz parte das ações de cooperação técnica entre países-

-membros da Associação dos Secretários-Gerais dos Parlamentos de Língua Portuguesa (ASG-PLP). O principal objetivo é conhecer a gestão de edifícios inteligentes.

— Levando em conta a experiência em gestão difícil para manter o funcionamento da Casa, viemos interagir e ver boas práticas de gestão para tentar implantá-las em nosso país — contou Domingos Garcia, assessor principal do Gabinete de Estudos Parlamentares da Assembleia Nacional de Angola.

Boas práticas de supervisão das operações, de manutenção de sistemas de equipamentos e de gestão de espaços e contratações de serviços

serão os temas abordados no estágio.

João Silvestre já esteve no Congresso Nacional brasileiro duas vezes, para um evento de informática que ocorre anualmente na ASG-PLP. Ele explica que, desta vez, o estágio irá abordar assuntos menos técnicos.

— Agora vou ter uma visão de gestão, outra abordagem de visitação. Entender como os setores interagem de forma harmônica — disse.

Antes de iniciar o trabalho, os servidores angolanos fizeram um passeio pelo Congresso, guiados pela chefe do Serviço de Visita Institucional da Secretaria de Relações Públicas, Mariana Tavares.



Assessores parlamentares de Angola reúnem-se com servidores do Senado



Podre Diory Brasília

Seca no sertão paraibano: fim da pobreza poderá integrar princípios da Carta

Erradicação da pobreza pode virar princípio constitucional

Está pronta para ser votada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) a PEC 94/2011, do ex-senador Sérgio Souza, que inclui, entre os princípios da ordem econômica listados pela Constituição, a erradicação da pobreza.

O objetivo da proposta é promover a mobilização social para a exigência de políticas públicas eficientes por parte dos órgãos governamentais. Sérgio Souza acredita que, embora a atual Constituição já represente avanço na edição de princípios para garantir a todos uma existência digna, é preciso tornar o esforço para pôr fim à pobreza norma constitucional.

— A importância desse objetivo precisa saltar dos simples discursos para o real combate às iniquidades sociais que marcam a realidade brasileira — afirma.

O ex-senador elogia o Plano de Erradicação da Pobreza, que possibilitou implantar uma política de distribuição de renda mais eficaz, posteriormente aprimorada com o lançamento do Plano Brasil sem Miséria, do governo federal.

Para o relator, senador Eduardo Suplicy (PT-SP), a redução das desigualdades é imprescindível para o desenvolvimento sustentável no mundo. Ele diz que a PEC 94 beneficiará a população brasileira menos favorecida.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Discursos

14h Sessão não deliberativa, sem votações, destinada a pronunciamentos dos senadores e a comunicados da Mesa.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no Plenário: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas comissões: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 14h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a sessão plenária. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro
Segunda-secretária: Ângela Portella
Terceiro-secretário: Ciro Nogueira
Quarto-secretário: João Vicente Claudino
Suplentes de secretário:
 Magno Malta, Jayme Campos,
 João Durval, Casildo Maldaner

Diretor-geral e secretário-geral da Mesa:
 Luiz Fernando Bandeira

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich
Diretor-adjunto: Flávio de Mattos
Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Marco Antonio Reis
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Coordenação de Cobertura: Nelson Oliveira
Coordenação de Edição: Sílvio Burlé
Coordenação de Multimídia: James Gama
Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana
Edição: André Falcão, Laércio Franzone, Marina Domingos e Ricardo Westin
Diagramação: Beto Alvim e Ronaldo Alves
Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão
Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira, Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Ministros do Supremo explicaram a integrantes da CPI Mista da Petrobras que informações prestadas por Paulo Roberto Costa ainda não podem ser compartilhadas

CPI só receberá depoimento após homologação

EM REUNIÃO DE cerca de duas horas com parlamentares, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Ricardo Lewandowski, e o ministro responsável pelos processos da Operação Lava-Jato na Corte, Teori Zavascki, confirmaram ontem que a CPI Mista da Petrobras só poderá ter acesso aos depoimentos do ex-diretor da estatal Paulo Roberto Costa após a homologação do acordo de delação premiada.

Senadores e deputados queriam convencer os ministros a permitir o compartilhamento dos depoimentos de Costa à Polícia Federal e ao Ministério Público em que ele, segundo a imprensa, apontaria autoridades envolvidas em esquema de corrupção operado pelo doleiro Alberto Youssef. O caso passou à competência do STF por terem surgido nomes de pessoas com foro privilegiado.

— Há desejo de colaboração. Quando esse depoimento chegar aos autos, nós vamos ter acesso — disse o presidente da CPI mista, senador Vital do Rêgo (PMDB-PB).

Vital negou que a CPI já



Lewandowski (E) expõe a necessidade de homologação a Vital do Rêgo (3º em sentido anti-horário) e outros parlamentares

tenha recebido cópias do depoimento de Meire Poza, ex-contadora de Youssef, à Justiça Federal. A convocação dela foi aprovada no dia 17, mas a data ainda não foi agendada. Pela proximidade das eleições, a CPI não terá reuniões nesta e na próxima semana.

— Há reunião prevista para depois das eleições, com outras convocações, outras

instâncias de investigação. Não podemos ficar reféns da delação premiada.

Também participaram da reunião o relator da CPI mista, deputado Marco Maia (PT-RS), o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, os senadores Antônio Aureliano (PSDB-MG), Gim (PTB-DF) e José Agripino (DEM-RN) e os deputados Antonio Imbassahy

(PSDB-BA), Eduardo Cunha (PMDB-RJ), Izalci (PSDB-DF) e Mendonça Filho (DEM-PE).

O encontro no STF ocorreu um dia após o juiz da 13ª Vara Federal em Curitiba, Sergio Moro, negar aos parlamentares, à Controladoria-Geral da União (CGU) e à própria Petrobras o acesso ao depoimento.

O líder do DEM no Senado, José Agripino, afirmou, antes

da reunião, que o acesso à delação era imprescindível para o trabalho da comissão.

— Vamos procurar, por consenso, encontrar um caminho que leve à constatação dos fatos. A CPI tem o presidente, que está se comportando muito bem; tem o relator, com muitas responsabilidades. Acredito que o presidente vai cumprir sua obrigação de perseguir o objetivo de abrir caminhos para que a CPI cumpra seu papel — disse.

Na segunda-feira, a CPI mista recebeu pedido para nova convocação do ex-diretor da Petrobras Nestor Cerveró. Ele já esteve três vezes no Congresso, quando negou irregularidade na compra da refinaria de Pasadena (EUA), negócio que, segundo o Tribunal de Contas da União (TCU), deu prejuízo de US\$ 792 milhões à petrolífera brasileira. O deputado Rubens Bueno (PPS-PR) alega que é importante reconvocá-lo porque o jornal *Folha de S. Paulo* publicou que Costa admitiu ter ganhado R\$ 1,5 milhão em propina nas negociações de Pasadena.

Senadores apoiam rádios comunitárias

A lei define rádio comunitária como emissora de baixa potência e cobertura restrita, sem fins lucrativos ou vínculos partidários e religiosos, que serve de canal de comunicação dentro de uma comunidade para a difusão de ideias, elementos de cultura, tradições e hábitos (Lei 9.612/1998). Apesar da relevância social, muitas dessas rádios encontram dificuldades para se manter em funcionamento.

Garantir a subsistência financeira das emissoras é o objetivo de dois projetos que aguardam definição no Senado. O primeiro, o PLS 524/2007, do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), permite às rádios comunitárias transmitir publicidade comercial, desde que restrita aos estabelecimentos das comunidades atendidas. O outro, PLS 629/2011, do senador Paulo Paim (PT-RS), inclui essas emissoras na Lei de Incentivo à Cultura (Lei 8.313/1991). Os projetos tramitam em conjunto depois da aprovação de requerimento nesse sentido apresentado pelo senador Romero Jucá (PMDB-RR) no final do ano passado.

Marcelo Crivella observa que as rádios comunitárias prestam um grande serviço às comunidades mais carentes, mas sobrevivem à custa de “esmolos”. Por isso, identificou a necessidade de permitir a veiculação de propaganda

e publicidade em sua programação. De acordo com o PLS 524/2007, que abre essa possibilidade, o tempo de propaganda e publicidade na programação da emissora comunitária será limitado a dez minutos, diariamente.

“O fato de as rádios comunitárias estarem vinculadas a instituições sem fins lucrativos não significa que elas não possam captar recursos para sua própria sobrevivência, via comércio de publicidade local”, justifica Crivella.

Rigor extremo

O autor da proposta observa que a lei é extremamente rigorosa com as rádios comunitárias. “Talvez por isso, das cerca de 15 mil rádios existentes, apenas 3 mil estejam em situação legal. O restante opera de forma marginal”, acrescenta na justificativa do projeto.

A solução encontrada pelo senador Paulo Paim (PT-RS) foi estimular a participação da iniciativa privada no setor por meio da Lei de Incentivo à Cultura, mais conhecida como Lei Rouanet. Pelo PLS 629/2011, cidadãos (pessoas físicas) e empresas (pessoas jurídicas) podem aplicar parte do Imposto de Renda devido nas rádios comunitárias, assim como já ocorre com ações culturais como peças de teatro e shows.

Paim ressalta que a questão do financiamento das atividades das rádios comunitárias nunca foi equacionada adequadamente. “A legislação em vigor admite apenas o patrocínio como apoio cultural de estabelecimentos situados na área da comunidade. Isso não é suficiente para atender as necessidades das rádios comunitárias”, argumenta.

Texto prevê servidores em conselhos estatais

A participação de servidores em conselhos de empresas ou entidades em que o poder público detenha cotas no capital social poderá ser exclusiva de concursados em exercício por, no mínimo, cinco anos. A restrição é o foco da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 3/2008, do senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), que aguarda votação na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Jarbas “alerta para uma invasão de pessoas alheias ao serviço público” nos quadros do funcionalismo.

— O grau de conhecimento, eficiência e comprometimento desses agentes é muito menor

do que se poderia obter se essas posições fossem reservadas a agentes públicos concursados — argumenta.

O relator, o senador licenciado Alvaro Dias (PSDB-PR), considera a proposta um clamor antigo à estruturação de uma administração pública profissional.

— A proposta, caso seja aprovada, contribuirá para que o planejamento e a execução das ações de médio e longo prazo das empresas estatais não sofram descontinuidade.

Se for aprovada, a PEC 3/2008 passará por dois turnos no Plenário do Senado antes de seguir para a Câmara.

Projeto tenta agilizar processo administrativo

Os processos administrativos na esfera federal podem ter de cumprir prazo de instrução de 60 dias. É o que estabelece o PLS 267/2014, apresentado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), onde aguarda o recebimento de emendas.

Do senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), o projeto altera a Lei 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito federal. O texto diz que, se não houver disposição específica, o prazo para a ins-

trução do processo será de até 60 dias, prorrogável por igual período por ato motivado da autoridade competente. Além disso, o projeto estabelece que o descumprimento dos prazos previstos implicará a responsabilização do servidor ou da autoridade nas esferas cível, administrativa e penal.

A ideia, diz o autor, é dar celeridade aos processos administrativos, diante das críticas de lentidão e burocracia da administração pública.



Sem fins lucrativos, rádios comunitárias difundem cultura nas comunidades

Disputa fiscal entre estados no comércio a distância pode acabar. Medida em exame na Câmara prevê divisão do tributo entre o estado de origem e o de destino da mercadoria

Proposta aponta solução para guerra do ICMS

NO DIA 17, o Supremo Tribunal Federal (STF) confirmou a proibição da cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) pelo estado a partir de onde se faz a compra de produtos a distância. A decisão foi apenas o capítulo mais recente de um embate tributário que pode vir a ser solucionado por meio de uma proposta de emenda à Constituição (PEC) já aprovada no Senado.

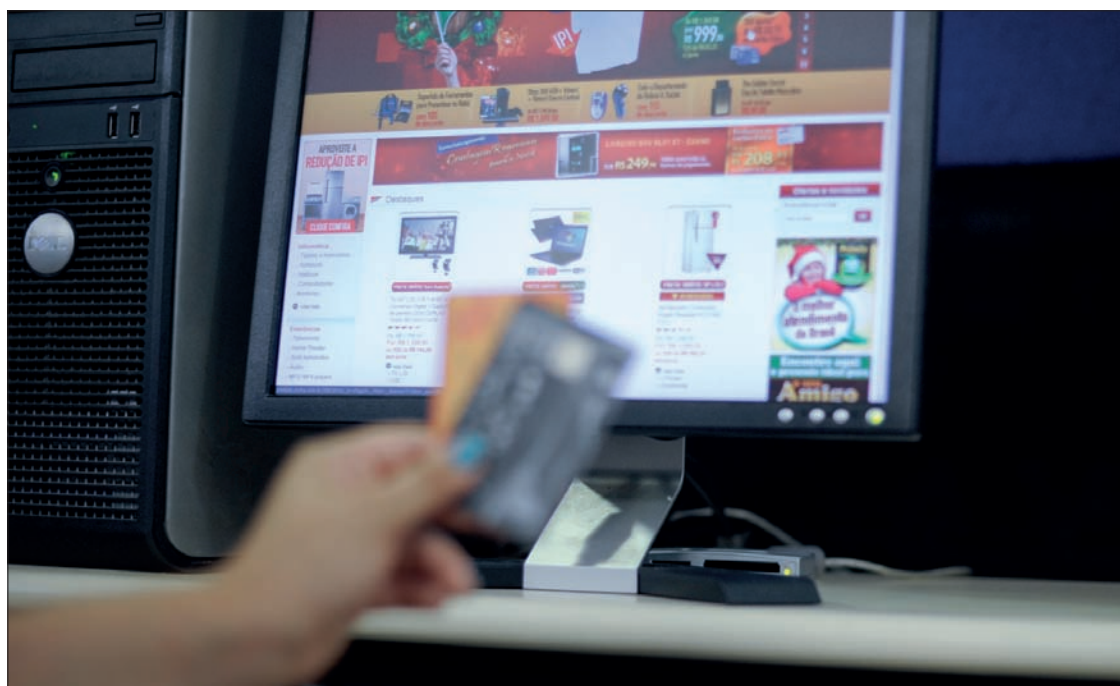
A polêmica tem a ver com a indefinição a respeito da cobrança do ICMS em casos de compra interestadual não presencial, ou seja, feita pela internet, telefone ou até mesmo correio. De acordo com as regras atuais, o estado onde está o comprador — estado de destino — não tem direito a nenhuma parcela da arrecadação do ICMS sobre o produto adquirido. O estado onde está

sediada a empresa — estado de origem — fica com toda a arrecadação.

A PEC 103/2011, do senador Delcídio do Amaral (PT-MS), determina que, nos casos das compras não presenciais, o ICMS seja dividido entre os dois estados envolvidos — o de origem e o de destino. Relatada favoravelmente por Renan Calheiros (PMDB-AL), a proposta foi aprovada no Senado em 2012 e remetida à Câmara.

A divisão do ICMS seria feita a partir da diferença entre a alíquota interestadual do imposto (definida pelo Senado e atualmente em 12%) e a alíquota interna de um dos estados envolvidos, dependendo do caso.

José Patrocínio da Silveira, consultor legislativo do Senado especialista em tributação, explica que essa divisão não burocratizará



Pela lei atual, compra pela internet resulta em arrecadação de ICMS apenas pelo estado onde está a empresa vendadora

o comércio virtual.

— Com a nota fiscal eletrônica, os estados e até a Receita Federal tomam conhecimento imediato. Operacionalmente, não há dificuldade nenhuma

— tranquiliza o consultor.

Os estados mais populosos e ricos tendem a abrigar mais empresas que atuam no setor. Assim, concentram também a arrecadação. O prejuízo é dos estados que não servem de base para as lojas virtuais. Seus habitantes continuam comprando, mas eles não se beneficiam com o imposto sobre esses gastos, o que é criticado por Walter Pinheiro (PT-BA).

— Não tenho que colocar lá no cafunô da Bahia a mesma loja que está bem instalada em São Paulo. É natural que um estado com maior demanda de consumo atraia as lojas, mas não se pode punir os outros estados por causa disso. Até porque eles também contribuem com o consumo — alerta.

O senador, defensor da PEC 103/2011, afirma que o critério atual para a cobrança do ICMS no comércio não presencial é o “mais desonesto”.

— Não é possível tratar essa questão assim. O sujeito gasta o dinheirinho dele aqui [no estado comprador] e o estado não ganha nada? Isso arrebeta a economia local — critica Pinheiro. Ele calcula que somente a Bahia deverá perder R\$ 400 milhões em 2014 devido à inexistência de uma divisão mais justa.

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) também apoia a PEC. Para ele, os estados que não abrigam os centros de compras virtuais estão sendo penalizados.

— Os grandes estados estão se apropriando de algo que não é deles, que é o ICMS gerado pelos compradores — questiona.

Flexa conta que até mesmo colegas dos estados beneficiados pelo modelo atual entenderam que é preciso dividir a arrecadação. Assim saiu o acordo que permitiu a aprovação da PEC no Senado, há dois anos.

Pinheiro considera texto o início da reforma

Na Câmara dos Deputados, onde tramita como PEC 197/2012, a proposta já foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) e em comissão especial, mas desde abril aguarda votação no Plenário. Para ser aprovada definitivamente, precisa passar com sucesso por duas votações, obtendo em cada uma o mínimo de 308 votos favoráveis — o equivalente a três quintos da composição da Câmara. Porém, se sofrer modificação, voltará ao Senado.

Para Walter Pinheiro, questões de natureza tributária

nem deveriam passar pela Câmara. O ideal, para ele, seria somente o Senado decidir.

— Defendo que determinadas matérias só deveriam ser apreciadas pelo Senado. Esse assunto tem tudo a ver com os interesses das unidades da Federação, dos estados. Defender esses interesses é a nossa tarefa — disse.

Flexa Ribeiro acredita que a retomada dos trabalhos do Congresso após as eleições permitirá uma rápida aprovação da PEC. Para ele, é preciso também usá-la como ponto de partida para um debate mais amplo.

— O ideal é agregar essa questão com a revisão do indexador das dívidas dos estados e municípios. Lamentavelmente, o governo se omite, não senta à mesa para negociar e deixa uma briga fratricida entre os estados — avalia.

Pinheiro também vê a PEC como um primeiro passo. Para ele, seria o início gradual da reforma tributária.

— É um começo. Essa reforma tem que ser feita por partes. Você vê onde tem uma anomalia e ajusta as condições ali. Depois, parte para outra — defende.

É preciso priorizar o bem-estar, diz Aureliano

Antônio Aureliano (PSDB-MG) afirmou ontem que o panorama político e social do Brasil exige de quem for comandar o país nos próximos anos a competência necessária para solucionar os problemas e gerar bem-estar à população.

A honestidade, a escolha lúcida das prioridades e uma administração boa, com alianças envolvendo pessoas capacitadas, são fundamentais para atender os anseios da sociedade, acrescentou o senador.

— É fácil sentir na população o anseio manifesto de aglutinar-se em torno de ideias e

lideranças para a batalha de recuperação socioeconômica, que todos sabem ser nossa tarefa mais premente com o país. As soluções para os problemas devem ser corajosas. Podem mesmo ser ousadas, mas, acima de tudo, devem ser sensatas e equilibradas. Caso contrário, não serão exequíveis, com tanta promessa que se ouve a cada passo — disse Aureliano.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Cristovam: candidatos devem pensar o futuro

Cristovam Buarque (PDT-DF) lamentou ontem que os candidatos à Presidência se fixem somente nos problemas do presente e não apresentem propostas para o futuro.

Segundo o senador, nenhum presidenciável diz, por exemplo, como resolver o problema da escassez de água nem como tornar o Brasil um país pacífico, em vez de simplesmente melhorar a segurança.

Ele reclamou de os candidatos não dizerem o que fazer para melhorar a qualidade de vida do brasileiro nem para solucionar os problemas que o país terá com o

aumento da população idosa.

— O debate está extremamente frágil, imediatista e frustrante. É por isso que as pessoas não estão entusiasmadas com a eleição. Onde estão as bandeiras dos candidatos que a gente via em profusão nas eleições passadas? Estão escondidas por falta de sedução nos discursos de hoje — afirmou o senador.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Fleury elogia audiência sobre acessibilidade

O senador Fleury (DEM-GO) elogiou o trabalho da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e a realização de audiências públicas voltadas para as questões de acessibilidade. Ele comentou a audiência que comemorou o Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência, realizada anteontem.

Os debatedores apontaram que, embora muitos avanços tenham sido conquistados nos últimos anos, o país ainda pode avançar muito na efetiva garantia dos direitos dessa parcela da população. Fleury, que é cadeirante, reconheceu

que o Senado também tem tido avanços na atenção com a pessoa com deficiência, mas cobrou adaptações nas galerias do Plenário para facilitar o acesso de visitantes e profissionais com limitações.

— Nós iremos cobrar diariamente aqui, da presidenta da República, que não esqueça essa parte: da acessibilidade, das condições para os deficientes — declarou.



Waldemir Barreto/Agência Senado